

APRESENTAÇÃO

O capitalismo contemporâneo resvala para a instabilidade e a crise, já afirmava Eric Hobsbawm há praticamente 30 anos, mostrando não ser a globalização um absoluto na realidade das nações, mas um multiplicador de desigualdades sociais. A situação de crise estrutural capitalista vem se prolongando e tem modificado intensamente a organização do trabalho e sua participação no processo de acumulação.

Articulações de diferentes níveis da realidade global/local, regional/global, local/regional elegem sujeitos político-econômicos estratégicos, cujas negociações provocam mudanças, como as que podem ocorrer na preparação e realização de megaeventos. O pesquisador Maurício Rombaldi traz à pauta A COPA DE 2014 E OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, no Brasil, quando se cruzaram interesses internacionais e locais.

Na verdade, a mundialização do capital marca de forma diferenciada a atividade do trabalho no mundo e suas cadeias produtivas interligadas. Expressões históricas do trabalho respondem às imposições do capital de modo a sobreviver e a mantê-lo como a essência da vida coletiva, mas esse esforço se depara com a existência múltipla e coetânea do trabalho que se precariza, seja pelos mecanismos de rebaixamento dos seus custos, a desregulamentação instituída, a gradativa perda do valor do trabalho, seja pela escassez notória dos empregos.

Ao analisar a precarização do trabalho na economia brasileira, Pedro Henrique Evangelista Duarte põe em evidência a discussão a respeito do DESEMPREGO ESTRUTURAL E A PROBLEMÁTICA DA INFORMALIDADE durante as décadas de 1980 e 1990. As práticas sociais de flexibilidade introduzidas pela reestruturação produtiva ao sabor das políticas neoliberais são o conteúdo histórico do processo de flexibilização do trabalho, da sua organização, da jornada, das relações que o sustentam e a própria flexibilização do trabalhador.

No Brasil, em conjuntura agravada por crises recentes, desde fins dos anos 2000, de natureza interna e externa, no âmbito econômico e também político, registram-se relações produtivas e institucionais em intenso processo de reconfiguração: alteram-se condições, normas, negociações, institutos de proteção e direitos básicos ao trabalho.

Os artigos deste número da Revista da ABET pensam esta realidade transmutada do trabalho no Brasil e cobrem uma série de categorias de trabalhadores, como os funcionários públicos no texto de Darcilene C. Gomes e Sidartha Sória, que analisa a POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS nos Governos Lula e Dilma Rousseff, em moldes conservadores.

As alternativas à relação assalariada passam por experiências cooperativas para aqueles que estão à margem do trabalho remunerado em caráter negativo e residual são demonstradas em dois artigos: o primeiro explora o potencial de desigualdades de

gênero e de raça para a conquista de cidadania pelo TRABALHO e ECONOMIA SOLIDÁRIA entre os catadores de recicláveis, de autoria de Carlúcia Maria Silva; o segundo, pelo viés da Antropologia Cultural da pesquisa de Magda Luiza Mascarello e Maria Izabel Machado, mostra os usos e significados dos bens materiais e simbólicos na produção, trocas, consumo e descarte da ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS COISAS, atuando nas brechas da lógica mercantil.

Seguindo a orientação interdisciplinar da Revista da ABET, as análises vão da Economia à Sociologia, da Administração à Antropologia, depurando reflexões que inauguram uma abordagem oportuna: pesquisas em foco. Três dos artigos aqui reunidos exploram a complexa relação que se estabelece entre trabalho e educação, a partir de resultados de pesquisas em andamento.

A questão de fundo dessas investigações situa-se no duplo quadro em que se insere o trabalho: as consequências de uma nova revolução técnico-científica na organização da produção e do trabalho demandam a geração e a socialização do conhecimento assentadas na formação e qualificação requeridas, mas não mais exclusivas para trabalhos específicos. Dessa perspectiva é que se descortinam as ponderações do artigo de Eliana Maria Ieger e Maria Aparecida Bridi sobre os PROFISSIONAIS DE TI: PERFIL E O DESAFIO DA QUALIFICAÇÃO PERMANENTE, que tomam por guia as novas tecnologias da informação e comunicação no âmbito do trabalho e os desafios da formação e qualificação profissionais no desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para fazer frente ao perfil do mercado de trabalho que se altera. Deparam-se com a diversificada flexibilização dos vínculos de trabalho entre os profissionais do setor.

No cenário dominado pela tecnologia, Waleska Camargo Laureth discute o artifício do discurso social da ciência e inovação, principalmente no que tange à sustentabilidade ambiental, ao desenvolvimento social e à competitividade comercial, diante das exigências regionais trazidas pela relação entre CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO E TRABALHO.

Para encerrar as problematizações sobre estudo e aplicação, educação e trabalho propriamente ditos, Tsamiyah Carreño Levi, Treicy Giovanella da Silveira e Antonio Alberto Brunetta pesquisaram a indagação: FORMAÇÃO, TRABALHO OU ASSISTÊNCIA? A resposta tece críticas à polêmica relação que se estabelece entre estudantes universitários e estágios não-obrigatórios numa instituição de ensino federal.

No último artigo, “A JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS GREVES JULGADAS PELO TST NOS ANOS 2000”, Alexandre Tortorella Mandl procura responder as seguintes questões: Quais os motivos que levaram a greve ser judicializada? Quais os instrumentos jurídicos utilizados? Como se posicionaram os atores sociais envolvidos? Como foram os julgamentos das greves?

Com mais este conjunto de pensamentos sobre nossa realidade econômica, política e cultural, pesquisadores de áreas diversas apontam o processo de precariedade, como o denominador comum do trabalho no Brasil. Vamos à leitura.

Os Editores

Revista da ABET